



DOSSIÊ: CUIDADO E EMOÇÕES: DISCURSOS, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS

Trabalhos de amor e cuidado: as gramáticas emocionais da maternidade e o ativismo materno nas redes

Labors of love and care: the emotional grammars of motherhood and maternal activism on networks

Labores de amor y cuidado: las gramáticas emocionales de la maternidad y el activismo materno en redes

Mayara Achilei de Freitas¹

orcid.org/0009-0003-9763-9635
mayaraachilei@ufmg.br

Sabrina Finamori¹

orcid.org/0000-0003-2584-7016
sfinamori@ufmg.br

Recebido: 31 ago. 2023.

Aprovado: 22 fev. 2024.

Publicado: 08 ago. 2024.

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre os entrelaçamentos entre maternidade, cuidado e gramáticas emocionais. Na primeira parte do artigo, discorremos sobre os campos de pesquisa do parentesco, do cuidado e das emoções em suas particularidades e em seus intercruzamentos. Na segunda parte do artigo, mobilizamos algumas cenas de pesquisa para refletir sobre como as micropolíticas das emoções operam na prática a relação entre cuidado e parentesco. Argumentamos que as relações entre parentesco, cuidado e emoções estão atravessadas por dimensões normativas e relações de poder.

Palavras-chave: Cuidado. Emoções. Parentesco. Maternidade.

Abstract: In this article, we analyze the interweaving between motherhood, care, and emotional grammars. In the first part of the article, we discuss the research fields of kinship, care, and emotions in their particularities and their intersections. In the second part of the article, we mobilize some research scenes to reflect on how the micropolitics of emotions operate in practice the relationship between care and kinship. We argue that the relationships between kinship, care, and emotions are crossed by normative dimensions and power relations.

Keywords: Care. Emotions. Kinship. Motherhood.

Resumen: En este artículo analizamos el entrelazamiento entre maternidad, cuidados y gramáticas emocionales. En la primera parte del artículo discutimos los campos de investigación del parentesco, el cuidado y las emociones en sus particularidades y en sus intersecciones. En la segunda parte del artículo, movilizamos algunos escenarios de investigación para reflexionar sobre cómo la micropolítica de las emociones opera en la práctica la relación entre cuidado y parentesco. Sostenemos que las relaciones entre parentesco, cuidado y emociones están atravessadas por dimensiones normativas y relaciones de poder.

Palabras clave: Cuidado. Emociones. Parentesco. Maternidad.

Introdução²

Neste artigo, partimos das experiências das duas autoras, que partilham o interesse experiencial e analítico na temática da parentalidade e que pesquisaram o tema ao longo dos últimos anos, tendo em vista o debate antropológico do parentesco e seus cruzamentos com a bibliografia que



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

² O artigo é baseado na pesquisa de mestrado de Mayara Achilei de Freitas, intitulada "Eu sinto muita saudade de mim": narrativas críticas sobre maternidades entre participantes de um grupo virtual de mães, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2023 e financiada pela FAPEMIG. A pesquisa de Sabrina Finamori, intitulada "Maternidade solo": parentalidades, conjugalidades e noções de família, foi financiada pelo edital universal CNPq, processo 432604/2018-9. Nossa gratidão às interlocutoras das pesquisas e às pessoas que elaboraram os pareceres para este artigo pelas importantes contribuições.

tem abordado cuidado e emoções.

Ao longo de nossos diferentes trabalhos de pesquisa (Freitas 2023, Finamori 2015, Carvalho e Finamori 2022) nos deparamos com discursos e com práticas de parentesco nas quais o cuidado (ou a ausência dele) estava conjugado ao modo como o parentesco é feito e desfeito. Argumentamos que as formas pelas quais cuidado, parentesco e emoções se interconectam estão, em muitos contextos, profundamente arraigadas à permanência de determinados modelos de família, não tanto como realidades, mas como uma espécie de fantasma ou ficção social (Bourdieu 1996). Neste intercurso, uma determinada gramática emocional pode ser mobilizada e sentimentos como amor, raiva e solidão são acionados em confirmação ou contraposição a posições de parentesco.

A pesquisa de Mayara Achilei de Freitas aborda experiências de mulheres participantes de um grupo virtual de mães, centrado no compartilhamento de narrativas críticas sobre maternidades. Partindo destas narrativas, a pesquisa compreende as redes virtuais como um *lócus* frutífero para a tematização da maternidade e a conformação de ativismos, sobre o que analisa discursos acerca da *desromantização da maternidade*, em especial, quanto à desnaturalização de uma noção de amor materno instintivo, entremeado à organização do cuidado, e seus impactos para a trajetória e o cotidiano das interlocutoras. A pesquisa de Sabrina Finamori enfoca a introdução da expressão "mãe solo" nos anos 2010 em produções audiovisuais veiculadas em redes sociais, os efeitos da proposição desta terminologia em trabalhos acadêmicos e as histórias de vida de mulheres com experiências monoparentais. As duas pesquisas foram baseadas em entrevistas realizadas, em sua maioria, remotamente durante o período da pandemia de Covid-19, entre os anos 2020 e 2022.³

Para esta análise, realizamos uma breve revi-

são bibliográfica sugerindo alguns cruzamentos dos debates teóricos sobre cuidado, emoções e parentesco, visando analisar como essas dimensões podem se entrelaçar fortalecendo conexões relacionais ou sublinhando desigualdades e sofrimentos sociais. Na sequência, apresentamos dados etnográficos que trarão dimensões para a reflexão acerca de como parentesco, cuidado e emoções se entrelaçam na prática.

Parentesco, cuidado e emoções

Espécie de espinha dorsal da antropologia desde seus primórdios, o parentesco esteve presente em boa parte das monografias clássicas ao longo do século 20, tendo passado por intensas críticas e revisões na segunda metade do século (Schneider 1984). Recuperou seu vigor com as análises feministas (Maccormack e Strathern 1980) e as questões postas pelas tecnologias de reprodução assistida (Strathern 1992), tendo ganhado novos desdobramentos em produções que se focam menos nos aspectos formais do parentesco, que marcaram os primeiros estudos e mais nas práticas cotidianas, nas relações de poder e nos entrelaçamentos entre parentesco e política (Carsten 2004; MacCallum 2001).

A despeito de as relações de cuidado estarem subjacentes ao modo como o parentesco é performado e teoricamente definido, na bela definição de Sahlins que o descreve como pessoas intrínsecas umas às outras ou, ainda, nas conexões relacionais conforme propõe Carsten (2004), o conceito de cuidado raramente é usado para definir tais relações, como bem nota Antonia Pedroso de Lima (2022).

Heike Drotbohm e Erdmute Alber (2015) sugerem que, na correlação com parentesco, o cuidado tem sido mais enfatizado em suas dimensões afetivas, emocionais e sociais do que naquelas relacionadas às dimensões econômicas, embora as fronteiras entre esses domínios sejam mais borradas do que se supõe.

³ A pandemia de Covid-19 foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020 e a principal medida de contenção da propagação do vírus, até a criação de uma vacina, foi o distanciamento social. Até meados de 2022, vigoraram protocolos de restrição de circulação social, com diferentes graus de rigor. Por este motivo, boa parte das entrevistas da segunda autora e todas as entrevistas da primeira autora foram realizadas em conversas síncronas por meio de plataformas de chamada de vídeo. Também foram estabelecidas variadas interações com nossas entrevistadas por mensagens instantâneas assíncronas de texto e áudio.

Para as autoras, os dois modos pelos quais a antropologia do parentesco aborda o cuidado – como algo que confirma o parentesco consanguíneo ou como uma forma alternativa de fazer parentesco – provam que o cuidado é um tipo particular de ação social performada entre pessoas que se entendem como pertencentes umas às outras através do parentesco e que performam este pertencimento através do cuidado. Ao discutir o cuidado como trabalho e como parentesco, Drotbohm e Alber (2015) destacam, ainda, o potencial em se fundir esses dois campos de estudos, que foram, até então, mantidos em separado. Na visão delas, as discussões sobre o trabalho do *care* nas ciências sociais têm subestimado os aspectos da relacionalidade do parentesco e os limites do conceito de trabalho, do mesmo modo, também os estudos de parentesco não têm atribuído, na visão delas, o devido peso à dimensão do trabalho envolta nas relações de parentesco. A consequência disso seria o pouco questionamento sobre de que formas a profissionalização e a comercialização do trabalho mudam os significados e as atividades que anteriormente ocorriam dentro do domínio do parentesco.

Se o parentesco se constituiu como uma área autônoma da antropologia, que, a um só tempo, se entrecruza a outras e é reivindicada, em determinados momentos, em suas especificidades, o debate sobre *care* apresenta, desde seu início, uma patente interdisciplinaridade. Um ponto central para as questões que traremos, neste artigo, é o modo como a dimensão de gênero foi tematizada nos debates sobre *care*. O trabalho já clássico da psicóloga Carol Gilligan (1982) enfatiza as diferenças entre meninos e meninas no desenvolvimento moral que culminariam na divisão entre uma ética dos princípios, mais ligada aos homens e uma ética do cuidado, mais tipicamente feminina.

Tal perspectiva sobre o cuidado feminino como intrinsecamente positivo foi caracterizada por Joan Tronto (1993) como uma leitura essencialista e moralizante. Tronto (1993) aponta, nessa direção, a importância de compreender os contextos em

que as relações de cuidado se desenvolvem de modo a não se naturalizar desigualdades. Ainda que Tronto mantenha certa positividade moral do cuidado, ela insere a dimensão política ao defender a ética do cuidado como parte de uma crítica ao individualismo. Um dos pontos importantes de suas formulações, que têm influência em desdobramentos posteriores do debate sobre cuidado, diz respeito à ênfase na interdependência das relações humanas e em uma dimensão relacional do cuidado menos dual e hierárquica (Tronto 2007). Essas dimensões são centrais às questões que apresentamos aqui, uma vez que tratamos de um campo discursivo que, a um só tempo, desnaturaliza o cuidado como domínio materno e feminino e que aponta para a relacionalidade ao reivindicar uma coletivização do cuidado.

Nas primeiras décadas do século 21, os estudos sobre cuidado têm ganhado uma amplitude de escopo, abarcando trabalhos remunerados de cuidado dos mais diversos tipos (Hirata e Guimarães 2012), seus impactos na migração transnacional (Hochschild 2012), suas articulações com os estudos de deficiência (Kittay 2011). Uma dimensão que nos interessa aqui é também sua relação com campos de estudos das emoções. Nesta direção, o trabalho de Arlie Hochschild (2008, 2012), que retomamos mais adiante, é fundamental ao destacar o inter cruzamento entre as redes informais de cuidado familiar e suas formas institucionais, destacando o modo como o ritmo capitalista do trabalho impõe-se sobre a vida familiar.

O debate sobre cuidado é também marcado por intensivas tentativas em explorar suas múltiplas acepções. Uma das problematizações, nesta direção, é sobre como o termo, em português, não comportaria a mesma multiplicidade de sentidos do que o termo *care* em inglês, que, em suas formas compostas, pode evocar uma variedade de significados, como “cuidar de alguém”, “preocupar-se” ou “ser cuidadoso” (Lambek 2007). No caso brasileiro, trata-se também de um debate sobre como outras terminologias são mobilizadas dando ênfase ao cuidado como

uma ação, frequentemente, feminizada e subalternizada, o que estaria presente nas variações das expressões "tomar conta", da casa, do marido, dos filhos (Guimarães, Hirata e Sugita 2011) ou, ainda, como a nomeação de algumas práticas como "ajuda", não cuidado, podem se relacionar a complexos sistemas de trocas e formas de retribuição tendo efeitos teóricos e políticos (Guimarães e Vieira 2020).

Nesta última direção, a pesquisa de Camila Fernandes (2021) traz de modo extenso e detalhado como diferentes práticas se encadeiam no cuidado de crianças de camadas populares, podendo envolver articulação entre a família extensa, o cuidado pago desempenhado informalmente pela rede de vizinhança em "casas de tomar conta" e os serviços do estado, como creches, trazendo à tona a precariedade das estruturas públicas de cuidado e as moralidades que as atravessam. Neste sentido, para além de o cuidado ser perpassado pelo marcador de gênero, há um complexo imbricamento entre outros marcadores que dão forma ao modo como é performedo, uma questão cara às discussões que desenvolvemos adiante.

O debate sobre as emoções, por seu turno, atravessa a história da antropologia, sendo seu ponto seminal mais amplamente reconhecido a publicação de *Expressão obrigatória dos sentimentos*, de Marcel Mauss, na década de 1920, em que os sentimentos são abordados como formas de linguagem. Ao longo do século 20, a dimensão das emoções se apresenta em uma série de outros trabalhos antropológicos. No entanto, como bem assinalam Victora e Coelho (2019), em boa parte destes casos, as emoções não são tomadas como eixos organizadores de uma área de estudos, o que apenas ocorre, de fato, na década de 1980, com as publicações de Michelle Rosaldo (1984), Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (1990).

Rezende e Coelho (2010), resgatando a conformação do campo da Antropologia das Emoções, destacam que uma premissa importante na área é o questionamento da convicção ocidental de que as emoções são universais ou provêm de uma

essência humana, e ressaltam as emoções como "representações" de uma sociedade. Segundo elas, o estudo das emoções já estava presente nos trabalhos pioneiros, de fundação das Ciências Sociais. Contudo, as emoções ainda figuravam de modo secundário por serem, em geral, consideradas como fenômenos naturais, embora com sua expressão regulada socialmente. Por isso, as emoções permaneciam como parte do domínio da Psicologia. As autoras destacam que "o estudo das emoções ganhou força na antropologia com o desenvolvimento da abordagem interpretativa na década de 1970 nos Estados Unidos" (Rezende e Coelho 2010, 14). Esta perspectiva questionava a noção de cultura centrada em padrões de comportamento, em favor de uma noção de teia de significados, o que impactou a compreensão sobre as emoções. Neste segundo momento, as emoções passam a ser analisadas a partir de uma dimensão contextual, que põe em destaque a variabilidade de sentidos que podem assumir dentro de um mesmo grupo social e ressaltando as relações de poder que as perpassam. A dimensão do poder é, assim, bastante relevante quando pensamos em sua relação com gênero, sendo uma das discussões mais instigantes a este respeito, a de Catherine Lutz ao propor que os discursos sobre emoção podem ser também instrumentos de exercício da dominação.

Bispo e Coelho (2019) enfatizam, nessa direção, a ligação entre os estudos sobre gênero e sexualidade e o campo das emoções. A partir de uma importante afirmação de Lutz e Abu-Lughod (1990, 69) de que "qualquer discurso sobre emoção é também, pelo menos implicitamente, um discurso sobre gênero" (Bispo e Coelho 2019, 186), os autores argumentam que na conformação do campo da Antropologia das Emoções, nos EUA na década de 1980, o estudo das emoções já se relacionava a investigações a respeito do gênero e da sexualidade. Bispo e Coelho mencionam as discussões sobre emoções e gênero, mostrando como elas estão ligadas a estruturas de poder, isto é, como as emoções têm um papel micropolítico. Esta percepção nos permite problematizar as dicotomias corpo e mente e razão e emoção,

bem como a hierarquia entre os gêneros, a exemplo do pensamento de Michelle Rosaldo, que compreende as emoções como pensamentos incorporados. Por conseguinte, Bispo e Coelho (2019, 193) ressaltam a importância também da noção de controle para este campo, destacando que "gênero, controle e poder formam, assim, um tripé temático constitutivo do campo da Antropologia das Emoções".

A perspectiva contextualista proposta por Lutz e Abu-Lughod (1990) é uma postura analítica centrada na noção de discurso, compreendendo a emoção como uma prática discursiva, isto é, como fenômenos produzidos em discurso e não simplesmente expressos no discurso. Com isso, acentuam a importância das emoções como ações sociais que "causam efeitos no mundo". As autoras destacam também a importância de considerar o contexto específico de produção dos discursos em análise, pois os discursos emocionais têm seu significado lido a partir de um domínio cultural particular.

Vale ressaltar que Lutz e Abu-Lughod questionam o próprio conceito de cultura, que avaliam como homogeneizante e universalizante. Assim, quando afirmam a especificidade de contextos culturais, as autoras propõem o trabalho não com a cultura como objeto ou conceito central, mas sim uma análise centrada nas dimensões de processo, prática e contexto, que se originam a partir da observância de discursos emocionais. As antropólogas também operam uma desconstrução das dicotomias entre indivíduo e sociedade e razão e emoção, pois reforçam a visão das emoções como fenômenos "incorporados" – o que vai além de localizar as emoções no corpo humano, mas as situam teoricamente também no corpo social (Abu-Lughod e Lutz 1990, 8).

Considerando o tripé "gênero, controle e poder" e a conformação destes campos de estudos, analisamos como noções como cuidado e amor são mobilizadas em discursos sobre maternidade. O termo cuidado é, como vimos, uma categoria polissêmica que envolve uma variedade de atividades, posições relacionais, sendo atravessada pelos mais diversos marcadores sociais da dife-

rença, como classe, raça, geração, gênero (Hirata e Guimarães 2012). Quando nos direcionamos ao parentesco e às relações de cuidado parentais, a dimensão de gênero vem mais obviamente à tona com as profundas desigualdades sociais sobre o que se considera cuidado materno e cuidado paterno. A relação entre cuidado e parentesco envolve, no entanto, uma variedade de camadas em que laços lidos como biológicos tanto quanto atitudes, bens e disposições emocionais produzem parentesco.

Maternidade e trabalho de cuidado

Desde 2019, temos trabalhado conjunta e separadamente em pesquisas sobre ativismos maternos e redes virtuais de suporte à maternidade. Atravessamos o período pandêmico realizando entrevistas a distância com nossas interlocutoras e vivenciando, ao mesmo tempo, os desafios da maternidade em um cenário de distanciamento social em que os serviços de cuidado, como creches e escolas, suspenderam suas atividades. Somos mães de crianças na mesma faixa etária, que tinham menos de quatro anos no início da pandemia e vivenciaram os múltiplos desafios de ser mãe e pesquisar maternidade em um contexto sensível às relações de cuidado.

A pesquisa de Mayara Achilei de Freitas versava sobre experiências de maternidades de mulheres contatadas a partir de um grupo virtual de mães, centrado no compartilhamento de desabafos e relatos sobre o cotidiano que viviam no cuidado com os filhos (Freitas 2023). A pesquisa se iniciou a partir de um grupo que se constituiu como uma rede de apoio para as participantes, envolvendo além dos relatos e interações, também ajudas financeiras compartilhadas.

A pesquisa de Sabrina Finamori tinha por objetivo abordar a maternidade solo por meio da experiência de mulheres com um ativismo em torno da questão (Finamori e Batista 2022). Em um primeiro momento, mapeou o debate virtual sobre maternidade solo nos anos de 2010 e, depois, compôs histórias de vida com mães solo. Uma importante reivindicação apresentada neste campo diz respeito não apenas a uma divisão

igualitária de responsabilidades parentais em termos de gênero, mas abarca uma defesa da coletivização do cuidado para além do ambiente doméstico, das relações conjugais ou mesmo familiares, demandando tanto políticas públicas de suporte às mães solo como também uma mudança social mais ampla em torno da infância.

Apesar de serem campos distintos, os relatos são parte de um movimento discursivo mais amplo sobre maternidade, que questiona a organização do cuidado centrado na figura materna e seus impactos para a vida e a saúde de mães que são as únicas ou as principais cuidadoras dos filhos. Os relatos de nossas interlocutoras foram observados como parte de um momento contemporâneo em que as redes virtuais são importantes lócus para a atuação política, para movimentos feministas (Ferreira 2015) e, também, para pautas envolvendo maternidades.

Nos campos discursivos que analisamos, a problematização sobre amor materno como uma emoção instintiva tem sido frequente. Nossas interlocutoras são mulheres, em sua maioria, com origens nas camadas populares e trajetórias de autoafirmação que as levaram à ascensão às camadas médias (Duarte e Gomes 2008), têm participações ativas em redes virtuais de debate sobre maternidade. Nestas redes, a mobilização de narrativas íntimas tem, por vezes, o objetivo de articular pautas políticas. Algo que tem sido nominado como a exposição de uma intimidade pública (Arfuch 2005), isto é, a tematização pública de questões, a princípio, consideradas privadas, como experiências, sonhos, sentimentos. Ao expor publicamente a própria intimidade, muitas dessas mulheres visam colocar em pauta o que nominam como "maternidade real", sublinhando, desse modo, a variabilidade de possibilidades de seu exercício. Ao fazerem esse movimento, colocam-se também em oposição a uma "romantização da maternidade", isto é, um modelo normativo, fundado na noção de instinto materno e que descreve seu exercício como uma experiência de alegria e plenitude. A noçãoêmica "desromantização da maternidade" é, assim, acionada para enfatizar uma postura crítica

que questiona o modelo normativo de família no qual as mães são as principais cuidadoras de crianças. Essas terminologias, como "maternidade real", "romantização" e "desromantização da maternidade" se difundem nas redes sociais, na década de 2010, mais ou menos no mesmo período de difusão da expressão "mãe solo", que traz também fortes críticas à relação entre parentalidade e conjugalidade.

Neste contexto, o trabalho de cuidado tem sido também intensamente tematizado pelos ativismos maternos. A máxima da filósofa Silvia Federici pronunciada em uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* quando esteve no Brasil em 2019 "o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago" tem estampado *posts* e reverberado também nas entrevistas que fizemos. É fundamentalmente sobre o trabalho de cuidado que muitas dessas reflexões têm sido tematizadas. Ao mesmo tempo, contudo, a noção de amor não deixa de ser mobilizada em narrativas íntimas e é também sobre esses entrelaçamentos que trataremos aqui.

Sobre maternidade e suas obrigações

Em um belo verbete sobre família para um dicionário de estudos sobre deficiência, Ginsburg e Rapp (2011) apresentam a expressão "imaginário de parentesco" a partir da qual enfatizam um duplo aspecto do qual as famílias são feitas: a carnalidade das relações concretas e uma espécie de imaginação cultural. Em uma paráfrase de Marx, apontam que: "as pessoas fazem suas próprias famílias, mas elas não as fazem como bem entendem, mas sob circunstâncias preexistentes, dadas e transmitidas pelo passado" (Ginsburg e Rapp 2015, n.p., tradução nossa). As relações de cuidado, no âmbito familiar, são também perpassadas pela "imaginação cultural" acerca do que é o cuidado e como ele será distribuído ao longo da vida, em termos de gênero e geração.

Guimarães e Vieira (2020, 8) apresentam o cuidado em três distintos circuitos, como profissão, obrigação e ajuda: "cada 'circuito de cuidado' seria um arranjo social, produto de um trabalho relacional voltado para diferenciar relações sociais

significativas". Tal noção é relevante para refletirmos sobre o trabalho do cuidado para além de sua dimensão profissional. Inspiradas em estudos feministas sobre trabalhos domésticos não remunerados, as autoras apontam o cuidado em seu sentido de obrigação e propõem que, nestes contextos, "amor e responsabilidade familiar" dão sentido à identidade subjetiva de quem o executa. Trata-se da obrigação decorrente do vínculo familiar, algo que está muito presente nos contextos que analisamos.

Ana Clara Santos (2022), partindo de um contexto etnográfico envolvendo a obrigação do cuidado em sua própria família, pondera sobre como as relações de parentesco criam sentimentos de dever e efetivam responsabilidades e obrigações, entrelaçando dimensões de gênero e geração. A força das normas de parentesco e o dever do cuidado que ela analisa, se impõe na vida diária, pelos laços de família, por um cotidiano de trocas que produz, segundo ela, o sentimento de obrigação.

Essas relações são permeadas não só pela positividade moral posta na ideia de cuidado, mas pelos complexos imbricamentos entre parentesco, cuidado e modelos normativos de família. O cuidado diz respeito a normas sociais e, no contexto do parentesco, em particular, está relacionado a expectativas em torno de modelos de família. Mais do que apenas confirmar laços de parentesco, a mobilização da noção de cuidado em certos contextos familiares produz também hierarquias entre modelos de família e institui sofrimentos sociais entre aquelas pessoas que não correspondem ao ideal normativo.

Isabela,⁴ mãe solo de duas crianças na primeira infância, autoidentificada como negra, que tinha 41 anos na época das entrevistas para a pesquisa de Sabrina Finamori. Ela destaca que a descoberta da gravidez não planejada com um parceiro com o qual não desejava ter uma relação que incluísse parentalidade foi muito dolorosa e que só passou a aceitar essa gravidez quando já estava por volta do quinto mês. Ela pondera

o quanto via, neste primeiro momento, a própria mãe como uma pessoa muito mais habilitada para o cuidado do que ela própria e apenas começa a se enxergar como uma figura cuidadora muito tempo depois. Em seu relato, há também uma dimensão de como os marcadores sociais influenciam a experiência da maternidade. Tendo feito o pré-natal em uma maternidade pública e sendo uma mulher negra com uma gravidez de risco, ela destaca que se sentia violentada no atendimento de saúde ao ser questionada, toda vez, se a gravidez era fruto de violência sexual. Ao mesmo tempo, ela rememora o quanto, naquele mesmo espaço, a maternidade era colocada como o "presente mais lindo da vida", algo que a tornaria uma "mulher realizada". Entre as mães solo foi frequente, tanto nas entrevistas como em produções audiovisuais, a crítica ao modo como eram socialmente tratadas como menos adequadas à maternidade por, frequentemente, vivenciarem uma maternidade que não havia sido fruto de um projeto e ora estimuladas ou coagidas a se adequarem a um modelo normativo de cuidados maternos.

Ao mobilizarmos a noção de cuidado parental, a tomamos não como um dado, mas como uma questão contextual, histórica e situada em termos de marcadores sociais, como gênero, classe e raça. A reflexão sobre os marcadores sociais da diferença permeia muitas de nossas inquietações sobre os campos discursivos nos quais nossas interlocutoras estão imersas. Vários estudos têm destacado, desde os anos 2010, a importância das redes sociais na experiência de maternidade de mulheres de camadas médias (Alzuguir e Nucci 2015; Souza 2018). Rosamaria Carneiro (2021) questiona, nesta direção, se a maternidade contemporânea não estaria se tornando uma espécie de projeto de si, no qual mulheres de camadas médias consumidoras desses discursos sobre maternidade teriam se tornado especialistas no doméstico e no cuidado. Tomamos essa dimensão para situar e, ao mesmo tempo, questionar em que medida nossas

⁴ Com o consentimento de nossas entrevistadas, os nomes delas e das pessoas mencionadas em suas histórias foram trocados.

entrevistadas se circunscrevem à delimitação das camadas médias? E se suas próprias origens sociais nas camadas populares impactam seus ideais de maternidade?

A dimensão dos marcadores, ainda que importante, é analiticamente muito desafiante. Nas duas pesquisas, as entrevistadas têm origem nas camadas populares com trajetórias de ascensão às camadas médias, via estudo, trabalho e inserção em ativismo. Há, no entanto, enormes diferenças em suas trajetórias. Júlia, proveniente das camadas populares, autoidentificada como branca, mãe solo, que tinha 29 anos na época das entrevistas, destacou fortemente a importância da estabilidade financeira que vivia naquele momento como algo que fundamental para minimizar os aspectos negativos de uma maternidade solo. Já Isabela, embora tenha uma trajetória ascendente em relação à sua família de origem, sendo a primeira geração de sua família a cursar graduação e pós-graduação, destacou, em mais de um momento, a precariedade de sua situação social. Vivia em uma casa emprestada de outro parente e, apesar de ter um emprego estável, estava longe de ter condições confortáveis. Entre as entrevistadas da pesquisa de Mayara Achilei, essas condições eram também muito variadas, tendo uma delas relatado que chegou a passar insegurança alimentar.

Essas dimensões impactam também na compreensão sobre o que constitui a maternidade e o cuidado na perspectiva intergeracional, tendo efeitos variados entre nossas interlocutoras. Para algumas, o amor e o cuidado parental deveriam ser menos centrados na figura materna do que havia sido para a geração de suas mães. Outras destacam o desejo de oferecer uma educação nomeada como mais feminista do que a que receberam de suas famílias. Ou, ainda, a vontade manifesta em oferecer às crianças algo que elas não tiveram em suas infâncias, que entrecruza bens materiais e bens decorrentes de um certo conhecimento sobre o mundo, como uma alimentação considerada mais natural ou um certo tipo de educação. Em todos os casos, a estabilidade financeira foi, no entanto, destacada como um

facilitador dos trabalhos de amor e cuidado.

Sobre o trabalho de amor

Se o sentimento de obrigação permeia as relações de parentesco, a expectativa em torno do sentimento de amor entre pais e filhos e, especialmente, das mães em relação à sua prole são muito presentes. O amor materno é, historicamente, alvo de debates feministas, como no clássico trabalho de Badinter (1985), onde a autora problematiza a institucionalização de um mito de amor materno instintivo. Badinter aponta que, no contexto francês do século 18, devido às altas taxas de mortalidade de bebês e às necessidades político-econômicas do país, ações do estado, aliadas a debates de teóricos como Rousseau, geram um mito, o do "instinto materno". Para isto, foram incentivadas mudanças nas visões sobre a maternidade, o papel e a imagem das mães, e a emergência de abundantes recomendações de cuidados maternos para com os filhos, o que engendrou a noção de amor espontâneo de todas as mães pelos filhos. Badinter argumenta que difundir o valor do amor materno era, naquele contexto, defendido como algo que favoreceria a espécie e a sociedade e, depois, foi visto também como um valor mercantil. A autora destaca, neste cenário, um foco ideológico do amor, iluminando a mãe, ao mesmo tempo em que a figura do pai ia, cada vez mais, para a obscuridade. Assim, as mães eram impelidas a amamentar, a cuidar e amar os filhos, e a ter a maternidade como um projeto que as lhe proveria de realização, plena felicidade e a respeitabilidade social desta função. Enquanto dos pais, socialmente, não eram esperadas outras funções além da manutenção financeira de seus filhos. As análises de Badinter são, até hoje, influentes, pois historicizam concepções sobre maternidade que são frequentemente naturalizadas no senso comum e na ciência.

A despeito das múltiplas reflexões em torno do tema, a expectativa social de que mães amem, instintiva e incondicionalmente, seus filhos, ainda parece ter muita força e a tematização do amor materno tem sido um ponto delicado, mesmo no campo discursivo que analisamos, de mulheres

que, em alguma medida, têm vocalizado criticamente a própria maternidade.

Uma das interlocutoras de Sabrina Finamori, Júlia, ativista da maternidade, com atuação nas mídias sociais e em políticas públicas, revela, em uma das entrevistas, o quanto é desafiante e sensível tematizar o amor materno mesmo em contextos ativistas nos quais se reivindica uma desprivatização do cuidado de crianças. Ao mencionar o tema, diz que, frequentemente, a questão causa mal-estar ao ser abordada publicamente. "A gente vai ter que se consultar e repensar o que é amor, a gente vai ter que repensar o quanto a gente vai querer estar presente ou não [na criação de filhos/as]", diz ela, referindo-se não só a própria maternidade, mas a uma noção mais coletiva sobre o cuidado, na qual seja possível falar mais abertamente sobre maternidades não necessariamente vinculadas a noções como amor e apego. Com essa colocação provocadora, ela resume bem um dos incômodos presentes no debate público sobre maternidade, que tem reverberado nas narrativas íntimas. Se a problematização do trabalho do cuidado e da "romantização da maternidade" têm sido frequentes nas redes sociais e amplamente consumidas por mulheres jovens de camada média, a defesa de uma "criação com apego", em que os cuidados com crianças deveriam ser minimamente terceirizados, povoa e recria um certo ideal normativo em torno do exercício da maternidade entre camadas médias, conforme bem pontua o trabalho de Carneiro (2021).

Nas experiências de duas interlocutoras de Mayara, Jéssica e Maria, a expectativa em torno do amor materno lhes causou dificuldade e sofrimento. Jéssica, que se identifica como mulher cisgênero, heterossexual, parda, de 23 anos e mãe de uma criança de dois anos, à época da pesquisa, conta sobre sua gestação, não planejada e não desejada:

Foi um processo muito longo de **aceitação, o amor não vinha**, eu fui amar a minha filha ela tinha mais de cinco meses. A minha família achava que era pecado, que eu ia queimar no fogo do inferno [por não desejar ser mãe]. Pior de tudo é que as pessoas, principalmente a

minha família, minha mãe e minha sogra falava assim 'ah, mas **você fala isso agora, depois você vai pegar amor, quando você sentir o bebê mexer você vai pegar amor, você vai mudar de ideia'** [...]. O tempo vai passando e eu tipo, ouvi o coração do bebê, senti o bebê chutar, vi o ultrassom e etc, etc., ganhei a primeira roupinha... E foi foda, foi difícil, as pessoas falavam que ia mudar minha cabeça mas, véi, não mudava, cada dia que passava eu odiava mais tá grávida, eu ficava me sentindo mais burra e inferior às outras mulheres por ter feito aquela cagada com a minha vida, eu sabia que era uma cagada, eu nunca romantizei a maternidade e depois que eu engravidei eu romantizei menos ainda (Jéssica, comunicação pessoal, grifos nossos).

Jéssica menciona um processo de aceitação, que podemos interpretar a partir da noção de trabalho ou gerenciamento emocional. Ela conta que era cobrada pelas pessoas ao seu redor, mas "o amor não vinha". Hochschild (2013) afirma que o trabalho emocional pode tanto ser um trabalho de modelar os próprios sentimentos como também ser feito por alguém sobre os outros, o que parece o caso mencionado por Jéssica, no qual sua mãe e sua sogra a estimulavam e acreditavam em uma mudança nos sentimentos dela, pois havia uma expectativa de felicidade e amor em relação à gestação, de que ela estivesse feliz fazendo um ultrassom, por exemplo, e que amasse seu bebê. Vale ressaltar que para Hochschild o trabalho emocional implica em uma postura ativa diante do sentimento, o que nos instiga a ver as agências das interlocutoras nesses processos, que envolvem também outras pessoas, e a ressaltar a força das normatividades sobre maternidades de modo amplo na vida social, que não incide apenas nas experiências das próprias interlocutoras, mas também orienta a conduta de outras figuras, como os familiares delas.

As experiências de Maria, que se identifica como mulher cisgênero, heterossexual, branca e de 31 anos, à época da pesquisa, também mostram um gerenciamento emocional investido por, além dela mesma, seu esposo e pai do seu filho:

Já tive crises de choro, de falar "eu não gosto do meu filho". Eu cheguei a chorar pro pai dele e falar "ah, eu não gosto, eu não amo meu filho", e chorando, desesperada. E aí ele: "Maria,

deixa de bobeira" aí começou a falar, né, de todas as coisas que eu fazia, do cuidado que eu tinha com ele, né. Aí ele falava "olha só, a dificuldade que o menino tem pra comer, mas mesmo assim ele tá sempre saudável, você faz um monte de coisa, faz isso e aquilo, você acha que se você não amasse ele você faria tudo isso?", sabe, **ele começou a me mostrar, eu não sentia que eu amava, mas aí ele começou a me mostrar**, a apontar as atitudes que eu tinha com o meu filho, que ele falava assim "isso aqui é amor, você ama seu filho", cê entende?! **Então eu, tipo, eu comecei a entender aquilo.** (riso) Foi, ah, eu nem sei te dizer, tem hora que eu não sei nem como explicar, sabe. (Maria, comunicação pessoal, grifos nossos).

O companheiro de Maria, pai de seu filho, impulsiona um trabalho emocional baseado em uma compreensão que interliga o amor e o cuidado: se Maria cuida tanto do filho, isso significa que ela o ama. Em outras palavras, o que ele expressa nessa situação é que amar é cuidar. Articulado amor e cuidado, Maria relatou um grande sofrimento por não ter se sentido como pensava que deveria com a maternidade. Ela se sentia triste e até mesmo que havia algo errado com ela, pois não sentia o amor incondicional, ou o "calorzinho no peito" que sempre ouvira falar. Ao passo em que todos ao seu redor expressavam uma grande felicidade, ela mesma não conseguia partilhar desse sentimento.

Maria relatou ter uma *visão romantizada* de maternidade desde a adolescência, quando já escolheu o nome do filho que teria décadas depois, e mesmo com o fato de que "sempre quis" ter um filho, não sentiu o esperado "calorzinho no peito". Assim, o cuidado é desvinculado do sentimento de amor, que Maria não sentiu. As próprias práticas de cuidado são caracterizadas por ela como um senso de responsabilidade, por ela ter colocado o filho no mundo, em um processo de construção também do amor:

E eu, eu tenho plena convicção de que hoje o amor que eu tenho pelo meu filho, ele foi construído, ele não nasceu do nada, do tipo, por que pariu, tá ali, "olha, ah!", eu **tive** que aprender a amar meu filho. Eu aprendi a amar meu filho e foi ali um processo que demorou uns dois anos até eu sentir, sabe, **aceitar** aquela minha nova condição de mãe, aceitar aquele serzinho ali, [...], e começar realmente a amá-lo

como mãe, sabe. (Maria, comunicação pessoal, grifos nossos).

Maria mobiliza alguns verbos em sua fala: ter, aceitar, adquirir, aprender. Eles expressam, de modo muito direto, o gerenciamento emocional empenhado por ela na mudança de seus sentimentos em relação a sua maternidade. Destacamos que esta questão do amor materno, e as expectativas de alegria e felicidade com a maternidade que o acompanham transcende a questões individuais e de foro íntimo, e nos ajuda a pensar sobre gramáticas sociais, e dizem respeito a questões que são sociais. Abu-Lughod e Lutz (1990, 7), inspiram este caminho, ao discutirem que "[...] devemos encarar o discurso emocional como um modo de ação social que cria efeitos no mundo – efeitos estes que são alvo de uma leitura culturalmente informada pela plateia do discurso emocional".

A despeito das expectativas sociais e do trabalho emocional empenhado por Jéssica e Maria, por exemplo, dois sentimentos presentes nas experiências das interlocutoras, manifestos de forma muito direta, são a tristeza, a solidão, o ódio e o arrependimento. As menções feitas pelas interlocutoras, aqui lidas a partir da noção de trabalho emocional, expressam uma busca de adequação do sentimento à situação social, onde a expectativa, baseada em papéis de gênero, é a de que uma mãe ame, incondicionalmente, seu filho. A este respeito, observando a organização do cuidado entre as interlocutoras, vale retomar que Maria destacou uma melhora na relação com o filho quando ele passou a frequentar uma creche. Paralelo a isso, Maria pode retomar e desenvolver suas atividades profissionais e se sentir menos sobrecarregada. Maria menciona, diante da sobrecarga, um arrependimento sentido em "vários momentos" e fala em uma ambiguidade. Diante disso, é importante ver que os sentimentos e emoções não são fixos, mas variáveis ao longo do tempo e plurais, podendo inclusive coexistir.

Nesse sentido, um mote muito compartilhado no grupo de mães do qual participam algumas das interlocutoras, também presente em outras redes de mães, é "amo meu filho, mas odeio ser

mãe". A verbalização destes sentimentos é importante para as interlocutoras, que encontraram nas redes virtuais essa possibilidade, tendo um potencial de atualizar as convenções sociais sobre maternidade.

Desse modo, vale investigar os sentidos da popular frase "amo meu filho, mas odeio ser mãe". Por vezes, mencionar o amor aos filhos é uma forma de amenizar o impacto de verbalizar o ódio à condição de maternidade. Não sentir afeto em relação aos filhos ou não ter sentido amor pelos filhos durante um período é algo manifesto diretamente nas redes e nas entrevistas por algumas mulheres. Em outros casos, o amor aos filhos é como uma salvaguarda para falar de outros sentimentos. Um sentido importante da frase "amo meu filho, mas odeio ser mãe" é uma denúncia que ela faz da condição de maternidade. A frase evoca uma situação em que uma criança não é diretamente um problema, mas sim a relação de parentesco e as normatividades e responsabilidades que advêm dessa relação, a exemplo das expectativas emocionais e da elaboração do cuidado aqui mencionadas.

Ao dizerem "amo meu filho, mas odeio ser mãe", as interlocutoras estão despersonalizando a emoção, desfocando a figura da criança para jogar luz ao lugar social da maternidade. É uma forma de abordar as maternidades retirando o peso de um sentimento que não é o amor esperado da figura dos filhos e a direcionando a experiência da maternidade. Assim, esta frase não fala apenas das relações pessoais entre mães e filhos, mas a partir das experiências das interlocutoras, trata também de questões sociais que não se limitam ao contexto individual.

Nesse sentido, um aspecto central, mobilizado pelas interlocutoras, é a sobrecarga de demandas de cuidado. Em muitos casos, a questão também é levantada quando se aborda a divisão de cuidados em termos de gênero, entre mãe e pai da criança ou fatores atenuantes dessa demanda como o ingresso em uma creche ou mesmo a mudança na faixa etária dos filhos. Em todos os casos, a divisão de cuidados é vista como um fator crucial para a melhora na relação com os filhos e

com suas próprias experiências de maternidade.

Uma discussão comum nas redes virtuais de mães é também o mote "queria ser pai", com as alegações de que ser pai é muito mais fácil do que ser mãe. Essa avaliação é sustentada, principalmente, a partir das discussões sobre abandono paterno e sobrecarga mental. O abandono paterno é, de certo modo, até normalizado socialmente, bem como o não envolvimento dos homens nas atividades de cuidado. Mesmo entre pais que se envolvem no cuidado dos filhos, contextos em que há uma carga mental incidindo sobre mães é muito comum. A noçãoêmica "carga mental" se refere a atividades de organização da vida doméstica e do cuidado, como a preocupação de ver que o uniforme da criança está sujo, de que acabou a fórmula infantil e providenciar mais, de marcar as consultas no pediatra, e de comprar o material escolar. Então, além de atividades objetivas como lavar a louça ou trocar uma fralda, há atividades e preocupações que organizam o cuidado que acabam sendo uma carga exclusiva de muitas mulheres. Assim, "querer ser um pai" também denuncia as condições de organização das maternidades, colocando-a em perspectiva com a paternidade. A categoria "pai de Instagram" é um exemplo de como essa carga mental e de cuidado incidindo sobre mães se organiza, pois evoca como socialmente pais são valorizados em suas ações e mães são incumbidas de obrigações. Nesse sentido, pais que fazem sua parte no cuidado dos filhos são celebrados, enquanto atividades que mães eventualmente não fazem são facilmente motivos para uma acusação de negligência e ostracismo. Isto é, mães e pais não são cobrados em suas responsabilidades de cuidar de modo equalizado. As expectativas em torno da maternidade são extremas, a ponto de naturalizar a figura de mães como cuidadoras.

As experiências de maternidades são plurais, e um ódio à maternidade além de poder ser variável ao longo do tempo, pode se ligar a inúmeros fatores. Sem pretendemos ser categóricas quanto aos sentidos de um ódio manifesto à maternidade na frase "amo meu filho, mas odeio ser mãe", propomos que um desses sentidos é o de uma

denúncia das condições de maternidade, das normatividades sobre essa relação de parentesco.

Esses relatos expressam a compreensão de uma norma social e avaliações de si mesmas como desajustadas. A tristeza expressa por algumas delas é a expressão dessa compreensão de desajuste. Abu-Lughod e Lutz (1990, 8) ressaltam o caráter social das emoções, apresentando que discursos emocionais se vinculam a questões sociais. Diante disso, é interessante ver que a culpa expressa por algumas interlocutoras, sentimento frequente também em espaços diversos que congregam relatos sobre maternidades, fala não apenas das próprias experiências, mas se conectam a questões amplas como papéis de gênero e normatividades sobre a relação entre mães e filhos. Desse modo, as emoções, tal qual (e vinculadas) às práticas de cuidado, participam da construção da relação parental. A possibilidade de colocá-las em pauta e questionar a expectativa social de amor materno, ou apontar a culpa, arrependimento, solidão, tristeza, e outras emoções vistas como negativas, como partes importantes das experiências de maternidades, permitem propor formas alternativas de maternar e construir as relações de parentalidade. Seja propondo a partilha das atividades de cuidado, em geral centralizadas nas figuras das mães, ou compreendendo maternidades como experiências complexas e não subsumíveis a apenas aspectos prazerosos e de realização pessoal.

Referências

- Alzuguir, Fernanda, e Mariana Nucci. 2015. Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 20 (1): 217-38. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n1p217>.
- Arfuch, Leonor. 2005. Cronotopias de la intimidad. In *Pensar este tiempo. Espacios, afectos, pertenencias*, organizado por Leonor Arfuch, 236-90. Buenos Aires: Paidós.
- Badinter, Elisabeth. 1985. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bourdieu, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Carneiro, Rosamaria. 2021. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. *Cadernos Pagu* 63: 1-12. <https://doi.org/10.1590/18094449202100630013>.
- Carsten, Janet. 2004. *After kinship*. London: Cambridge University Press.
- Carvalho, Bianca Retes e Sabrina Deise Finamori. 2022. As temporalidades do cuidado: autismo, parentesco e pandemia. *Horizontes Antropológicos* 28 (64): 173-99. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300007>.
- Drotbohm, Heike e Ermund Alber. 2015. Introduction. In *Anthropological perspectives on care: work, kinship, and the life-course*, organizado por Ermund Alber e Heike Drotbohm, 1-20. New York: Palgrave Macmillan.
- Duarte, Luís Fernando Dias, e Edilaine Gomes. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Fernandes, Camila. 2021. *Figuras da causação: as no-vinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos*. Rio de Janeiro: Telha.
- Ferreira, Carolina Branco. 2015. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu* 44: 199-228. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>.
- Finamori, Sabrina. 2015. Cuidado e consanguinidade na atribuição de responsabilidades intergeracionais. *Revista Brasileira de Ciência Política* (18): 243-63. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151809>.
- Finamori, Sabrina, e Maria Alice Magalhães Batista. 2022. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade Feminina. *Mediações - Revista De Ciências Sociais* (27): 1-19. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2022v27n3e46283>.
- Freitas, Mayara Achilei de. 2023. *"Eu sinto muita saudade de mim": narrativas críticas sobre maternidades entre participantes de um grupo virtual de mães*. Dissertação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/61187>.
- Ginsburg, Faye, e Rayna Rapp. 2015. Family. In *Keywords for disability studies*, organizado por Rachel Adams, Benjamin Reiss e David Serlin, 81-3. New York: New York University Press.
- Guimarães, Nádyia e Priscila P.F. Vieira. 2020. As "ajudadas": o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados* 34 (98): 7-24. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>.
- Guimarães, Nádyia, Helena Hirata, e Kurumi Sugita. 2011. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia* 1 (1): 151-80. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117>.
- Gilligan, Carol. 1982. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard.
- Hirata, Helena, e Nádyia Guimarães. 2012. *A. cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Hochschild, Arlie. 2008. *La mercantilización de la vida íntima. La casa y el Trabajo*. Buenos Aires: Katz Editores.

Hochschild, Arlie. 2012. Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. In *cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, organizado por Helena Hirata e Nâdya Guimarães, 185-200. São Paulo: Editora Atlas.

Hochschild, Arlie Russel. 2013. Trabalho emocional, regras de sentimento e estrutura social. In *Estudos sobre interação: textos escolhidos*, organizado por Maria Cláudia Coelho, 169-209. Rio de Janeiro: Eduerj.

Kittay, Eva. 2011. The Ethics of Care, Dependence, and Disability. *Ratio Juris* 24 (1): 49-58. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9337.2010.00473.x>.

Lambek, Michael. 2007. The cares of Alice Alder: recuperating kinship and history in Switzerland. In *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*, organizado por Janet Carsten, 218-40. Malden: Blackwell.

Lima, Antónia P. 2022. Cuidado, emoções e políticas públicas. Reflexões a partir do caso português. *Sexualidad, Salud y Sociedad* 38: 1-18. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22314.a>.

Lutz, Catherine, e Lila Abu-Lughod. 1990. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.

Maccormack, Carol, e Marilyn Strathern. 1980. *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mccallum, Cecilia. 2001. *How real people are made. Gender and sociality in Amazonia*. Oxford: Berg.

Rosaldo, Michele Z. 1984. Toward an anthropology of self and feeling. In *Culture Theory – essays on mind, self and emotion*, organizado por Richard A. Shweder e Robert A. LeVine, 137-57. Cambridge: Cambridge University Press.

Sahlins, Marshal. 2013. *What kinship is... and is not*. Chicago: The University of Chicago Press.

Santos, Ana Clara D. 2022. O caminho do parentesco ou o parentesco como situação inescusável? *Equatorial* 9 (17): 1-13. <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2022v-9n17ID27915>.

Schneider, David. 1984. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Souza, Ana Luisa. 2018. Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. *Revista Ártemis* 25 (1): 89-112. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.37640>.

Strathern, Marilyn. 1992. *After nature. English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tronto, Joan. 1993. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge.

Tronto, Joan. 2007. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado* 22 (2): 285-308. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000200004>.

Mayara Achilei de Freitas

Mestra e doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil.

Sabrina Finamori

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, SP, Brasil. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação das autoras antes da publicação.